

A OPERAÇÃO “MIDIOGRÁFICA:”
Lugares, fazeres e problemas na produção do conhecimento midiático

Sônia Maria de Meneses Silva¹

Abstract: The present article intends to analyze the construction the “midiografica operation”. We detach two centrals moments: the writing of felt news and the registration of in the daily one, important element in emblematic moments of the memory and history. This text the emphasis to the first phase of the operation, characterized for the writing of news.

Palavras-Chave: mídia, epistemologia, sentido.

1. Pensando a Operação Midiográfica:

“Para este autor, o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho.” (HOBBSAWM, 1996: 14, grifo nosso.)

Essa lembrança de Hobsbawm, no início de seu livro *A Era dos Extremos*, articula duas dimensões bastante representativas sobre o significado dos acontecimentos históricos no século XX: primeiro evidencia o olhar de historiador sobre o evento citado, representado pela significação histórica da ascensão de Hitler ao poder. Por outro lado, é o olhar de quem “presenciou” o evento mediado por um recurso midiático no momento de sua produção. Uma lembrança que embaralha elementos afetivos, pessoais, a outros sociais e históricos.

Durante o século XX, uma das grandes preocupações dos profissionais jornalistas e de outros intelectuais que se propuseram a pensar sobre a constituição do campo midiático foi responder a seguinte questão: por que as notícias são como são? No centro desse problema, percebe-se que o foco foi saber como se chega ao produto final chamado notícia, ou seja, interrogou-se sobre os caminhos percorridos até termos, nas

¹ Professora de Teoria da História da Universidade Regional do Cariri-URCA, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Bolsista FUNCAP.

2

bancas de jornal, as manchetes do dia para, posteriormente, avaliar sua influência na vida das pessoas e no cotidiano no qual se situam.

A tentativa de respondê-la serviu para estruturar uma série de teorias sobre o campo midiático². Entretanto, minha idéia nesse texto é encaminhar a reflexão por outra direção que será caracterizada por uma particularidade: pontuar, de forma introdutória, aquilo que aqui denomino de “operação midiográfica”. Nesse sentido, a questão não será apenas interrogar sobre o porquê das notícias serem o que são, mas o que elas ajudam a produzir em nosso cotidiano e como interferem na constituição de sentidos históricos em nossos dias. O que o produto notícia desencadeia ao chegar à banca de jornal?

Meu questionamento parte de uma dupla problemática: primeiro, a consideração da notícia como mercadoria simbólica, como nos lembra Bourdieu (1997), que atua como formuladora de sentidos, mas também como produto comercial de grande potencial mercadológico. Por outro lado, sugiro que ela ajuda na elaboração de uma nova produção: a estruturação de idéias de história e sentidos sobre o passado, nesse caso, interfere na formulação de conhecimento histórico em um tipo particular de escrita.

Desta forma, esta reflexão visa analisar as interconexões efetivadas entre a história e a mídia tentando demonstrar que estes campos partilham de pressupostos fundantes em suas elaborações epistemológicas, embora em diferentes graus de conformação, colocam em movimentos categorias de explicação sobre o mundo que ajudam na ordenação da historicidade de nosso tempo. Seus produtos – a historiografia e a informação noticiosa – servem como balizadores nas percepções sobre tempo, memória e esquecimento. Considerando tais questões, é possível que estejamos a assistir a formulação e um tipo de conhecimento que trabalha na interseção dos dois campos. Nele, misturam-se num jogo dinâmico de adaptações, notícia, memória e historiografia.

²Nesse trabalho não iremos nos deter sobre a discussão de cada uma dessas perspectivas, contudo, é importante mencionar que durante o século XX, reflexões em torno dessa questão ajudaram a formular conceitos complexos como a teoria do “*gatekeeper*” segundo a qual há uma intervenção de caráter pessoal na escolha e seleção das notícias; teorias da ação política, para as quais as notícias servem a interesses políticos; teoria estruturalista, que vê o jornalismo como construtor da realidade, sendo a mais tradicional delas a teoria do espelho, que toma a notícia como o reflexo da realidade, dentre outras.

Nesse caso, minha primeira sugestão é pensarmos a operação midiográfica como a ação difusa que, embora seja ordenada a partir de determinadas rotinas de trabalho e enquadramento disciplinar, constrói um saber polissêmico. O resultado disso é um produto simbólico, no caso a informação/conhecimento, formulado em percursos variados; às vezes de forma caótica, dispersa ou disciplinada que produz um conhecimento marcado pela urgência das informações cotidianas e, embora pareça estar submetido à efemeridade temporal, articula relações com o tempo que transpõem a evanescência do presente e se situa num movimento de distensão entre passado e futuro.

Nesse movimento intertextual há condutas que visam disciplinar e demarcar ações que acabam por tornar a feitura dessa informação um jogo tenso de adequações entre vários campos. Especialistas diversos dividem com os “intelectuais-jornalistas”, as páginas de jornal, programas de rádio, televisão e sites de notícias, ajudando a construir mecanismos que influenciam diretamente nos demais campos simbólicos, sejam eles, jurídicos, político artístico ou intelectual³, etc.

Tais formulações, por um lado, estão cada vez mais sujeitas às exigências do mercado e é essencial “examinar como a restrição estrutural exercida por esse campo (...) modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos” (BOURDIEU, 1997:101). Entretanto, em outro sentido, se a operação midiográfica é marcada por uma lógica comercial, a exemplo da espantosa indústria dos bens culturais, efetiva elementos gnosiológicos amparados em uma série de preceitos filosóficos que nos denunciam uma teoria do conhecimento midiático multifacetária. A interrogação sobre as rotinas de trabalho jornalístico será fundamental nessa reflexão, uma vez que consideramos todos os momentos dessa produção interligados. Contudo, não iremos retomar aqui os debates já realizados no próprio campo midiático.

O processo que chamamos de operação midiográfica se efetiva ao menos em dois momentos: o da escritura e o da inscrição. O primeiro é aquele no qual a escritura – compreendida como construção narrativa em imagens, textos e sons – compõem significados sobre os eventos e ocorrências cotidianas, re-textualizando o vivido e o oferecendo através de veículos de mediação. No segundo, que se inicia quando o

³ Conceito de intelectual jornalista, assim como, as interferências do campo midiático nos demais campos são levadas adiantes por Bourdieu.

4

produto se apresenta ao mundo, realiza-se a inscrição de novos significados no cotidiano, ou seja, aquilo que imprime, monumentaliza e institui marcos memoráveis no tempo e no espaço.

Nesse texto, a ênfase se dará sobre a reflexão de alguns elementos colocados em ação no momento da escritura da operação midiática, ressaltado, contudo, que ambos dialogam e interagem num jogo dinâmico e constante de significação, desta maneira, tanto a escritura influencia na inscrição de marcos como sofre interferência desses.

Mesmo correndo o risco de deixar de fora algumas importantes considerações, optamos por nos debruçar sobre o material teórico conceitual de um grupo jornalístico – o Grupo Folha de São Paulo – estabelecendo sobre ele uma análise epistemológica que procurará demarcar alguns elementos norteadores de sua produção, portanto, nossa análise se dará a partir da própria “oficina” de um recurso midiático. A escolha do grupo de mídia se justifica pelo seu lugar desempenhado na racionalização do trabalho de produção da notícia, uma vez que desde o final dos anos 60, o Jornal Folha de São Paulo programa estratégias de disciplinamento jornalístico.⁴

2. A operação midiográfica: reflexões sobre a escritura das notícias.

“Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como *o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; de cada fato, a partir dos aspectos mais importantes ou interessantes*. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los.” (LAGE: 2004; 16. Grifo do próprio autor)

Boa parte dos manuais de jornalismo no Brasil, com algumas diferenças, parte dos pressupostos apresentados pelo jornalista e professor Nilson Lage para esclarecer o que vem a ser a notícia naquilo que o autor define como “jornalismo moderno”. A citação nos coloca alguns elementos bastante representativos para pensarmos a primeira fase da operação midiográfica, ou seja, a escritura das notícias.

⁴ Em 1969, Jose Nabantino lança o Programa de Ação para a folha. 69. Posteriormente, o jornal lança, em fins de 70, os primeiros textos do projeto Folha no qual foram estabelecidos os fundamentos de seu trabalho.

Em primeiro marca o início da produção da notícia a partir de uma idéia de fato. Nesse caso, carrega ainda uma dada perspectiva de real tomando como um dado concreto a ser “revelado” pelo jornalista. Estruturar notícia seria, por conseguinte, hierarquizar fatos em uma ordem de importância para, posteriormente, expô-los ao leitor.

A proposta apresentada pelo professor Nilson Lage, reproduz de forma resumida as formulações positivistas do século XIX que tanto serviram para instituir o campo sociológico naquele momento, como para influenciar a escola histórica metódica. Segundo tal perspectiva o trabalho do historiador consistia em três momentos: a heurística, ou seja, a busca pelos fatos reais e verdadeiros a serem relatados. A crítica documental: uma vez descobertos, os fatos deveriam ser comprovados empiricamente através de documentos ou testemunhos. Nesse caso, estes eram ser submetidos a um rigoroso exame crítico, tanto externo, quando interno, que separaria o conteúdo verdadeiro e válido. Por último, deveria se elaborar uma síntese na qual os fatos seriam finalmente descritos de forma isenta e objetiva.

Até meados do século XX, a imprensa permanece como o instrumento de comunicação de maior força. Havia nesse momento uma disputa entre uma imprensa claramente opinativa e outra informativa que pretendia estabelecer limites claros entre subjetividade e objetividade, interpretação e fato. Progressivamente, matérias classificadas como de teor opinativo, perdem a legitimidade diante da força e da defesa de uma notícia limpa, amparada em fatos, pois como chama atenção o Manual da Redação da Folha de 1984:

“Fatos – São a matéria-prima de qualquer tipo de jornalismo. É mais valioso revelá-los do que relatar declarações a respeito deles; é mais importante noticiá-los do que interpretá-los.” (Manual Geral da Redação Folha de São Paulo: 1984; 39)

A definição acima ganha espaço, sobretudo, com a formação dos cursos de jornalismo quando o discurso acadêmico passa a interferir e estabelecer regras para elaboração de notícias. Surgem as primeiras orientações de editoração e redação, cuja inspiração, vinha dos EUA. A produção de notícias será colocada sob a égide da racionalidade dos cursos e sua elaboração se torna objeto de intensos debates. “O abandono de técnicas jornalísticas marcadas pelo gênero opinativo, em face da ascensão de procedimentos que iriam se convencionar com o nome de jornalismo informativo, marcam o discurso da imprensa” (ANTUNES, 2004: 13). Associar a produção noticiosa

6

ao discurso científico era garantir a legitimação de um novo estatuto de aceitação no qual a defesa da verdade objetiva afixava uma informação segura e isenta.

A reflexão sobre o fazer jornalístico passa ao centro das discussões, fazendo emergir uma série de conceitos que buscam compreender e definir o papel do jornalista: “Não há como contestar que o estudo do Jornalismo constitui um campo do conhecimento (...) que começa nos meados do século XX e prossegue com mais intensidade até os dias de hoje” (VIZEU: 2003). O campo jornalístico arroga para si o papel de agente revelador dos fatos, matéria-prima das notícias. Retomando a citação do professor Nilson Lage, não se tratava mais de narrar, mas expô-los, uma vez que, “o que se busca é a notícia, o fato comprovado, relevante e novo.” (MRFSP: 1992).

Difunde-se a idéia que é possível realizar a separação radical entre opinião e fato desde que o profissional se resguarde de certos procedimentos que deverão orientar sua atuação sobre os eventos, passa-se à defesa de um dado real e verdadeiro a ser relatado. Nestes termos o jornalista deveria se “limitar” a apresentar os fatos ao leitor. Tomado como a matéria-prima na construção das notícias, a conceito funciona como o porto-seguro da informação, a existência concreta que dá legitimidade e aceitação à produção noticiosa, posto que, apresentar fatos concretos é a questão central de todo o trabalho. Como adverte o manual da folha de 1992, revelá-los e apresentá-los deve ser o objetivo de qualquer jornalista, pois:

“Quem busca profissionalmente a notícia deve valer-se de uma série de procedimentos que tornam sua apuração mais confiável e seu relato mais exato. Deve estudar o assunto que vai cobrir, observar cada detalhe com atenção e distanciamento, empenhar-se em identificar os vários lados implicados em cada situação, tomar notas e sempre que possível fazer gravações. Fatos, porém, são mais forte que declarações.” (Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo: 1992; 27)

Segundo Bourdieu (1997: 104, 105), essa discussão entre notícia e opinião ajudou a formular o próprio campo jornalístico no XIX, e, nesse sentido, esse era o “lugar de uma oposição de duas lógicas e dois princípios de legitimação”: “o reconhecimento pelos seus pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou princípios internos e o reconhecimento pela maioria”. Segundo o jornalista Odylo Costa Filho, em entrevista à Folha, deveria se elaborar “um jornal que fosse indispensável tanto para a empregada doméstica quanto para a patroa” (Folha de São Paulo, 11/01/1979).

A definição da notícia como sendo “o puro registro dos fatos, sem opinião” (Manual da Redação da Folha: 2001; 88) presente nos quatro Manuais da Redação da Folha, é assentada em uma qualificação clássica de ordenação do processo cognitivo que separa sujeito e objeto do conhecimento em lados totalmente distintos. Nesse caso, o fato a ser descrito pelo jornalista deve ser vislumbrando com o necessário distanciamento, pois “o jornalista deve se abster de opinar ou emitir juízos de valor ao relatar um fato ou redigir uma notícia”. (MRF: 1992; 97)

Nesse caso, o objeto do conhecimento, ou seja, o fato apurado atua sobre o jornalista fazendo com que a notícia, produto desse conhecimento, torne-se quase o reflexo, ou cópia do objeto relatado. Certamente, essa conduta baseia-se em uma tradição clássica de ciência e de conhecimento fundada dois grandes paradigmas ocidentais: a filosofia platônica para a qual “o conhecimento absoluto (da verdade, da justiça, da melhor política) é possível em suas formas mais puras e pode ser apurado mediante discussão filosófica” e os argumentos cristãos para os quais “a palavra Deus é a Verdade”(JENKINS: 2001; 55). Desprende-se daí outra questão capital: o pressuposto de verdade. Com ele, agrega-se à notícia uma pretensão de objetividade, imparcialidade e pluralidade. Demarcações fundamentais pois, a partir delas, passa-se uma idéia de conhecimento isento.

Na produção da notícia o pressuposto da objetividade se manifesta como elemento tenso e contraditório nos manuais da redação da folha. Se por um lado, o jornal mantém desde 1984 o verbete objetividade, afirmando que: “não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”; por outro estabelece no mesmo verbete que: “para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza” (MRFSP 2001; 45).

A tensão marca exatamente um aspecto peculiar na produção moderna da notícia e o seu caráter mercadológico. Sustentar a idéia de uma objetividade com uma postura possível, em meio aos vários processos de conformação pelos quais passa a notícia, seria ignorar a própria ordenação do campo midiático. Todavia, ao abrir mão totalmente de tal preceito é colocar em xeque a legitimidade da notícia enquanto relato fidedigno do real, nesse caso, o próprio lugar de mercadoria simbólica é posto em

8

questão. O princípio da objetividade deixa de ser um ideal filosófico e passa a ser mercadológico, portanto, embora seja questionado como conduta possível, os meios não podem abrir mão da idéia de notícia como sendo a exposição de fatos reais e verdadeiros, que embora, possam ter várias versões, carregam um potencial de verdade ideal jamais questionado.

Há, por conseguinte, uma necessidade de objetividade posta pelo mercado, já que a notícia é um produto e enquanto tal precisa ser vendido. Reproduz-se a idéia de uma verdade amparada pelo senso comum na qual o real se apresenta como um dado a ser revelado.

E se o jornalismo influencia vários campos, por lidar com fundadores de sentidos diversos em suas paginas, ele também acaba interferindo na maneira como esses campos são percebidos. Associa a eles elementos epistemológicos que nem sempre correspondem à própria estruturação específica de cada um.

No caso das percepções sobre o passado e a memória, reproduz-se uma idéia de história amparada nos mesmos pressupostos gnosiológicos de sua informação. Se a notícia é um dado do real a ser revelado, espera-se que a história também o seja, pois, segundo o manual da Folha de 1997, “sendo um registro taquigráfico da história, o jornalismo sofre necessariamente o primeiro impacto dos fatos” (MRFSP: 2001; 10). A história, compreendida em sua dimensão científica, torna-se produto vendável tal qual a notícia uma vez que estão no mesmo de horizonte de formulação epistemológica partilhando de construtores de sentido semelhantes.

Neste texto apresentamos alguns elementos daquilo que conceituamos como operação midiográfica. Nossa intenção foi demonstrar problemas que envolvem a produção de notícias a partir de componentes que constituem o conhecimento midiático. Saber extremamente representativo da historicidade de nosso tempo.

O campo midiático assumiu lugar relevante na produção de sentidos e ao refletirmos sobre tais questões encontraremos um espaço de tensão e conflito que modifica outros campos do conhecimento pois os submete a uma configuração de significados amparados por uma epistemologia própria. A operação midiática, portanto, apresenta-se como um complexo jogo de conformação que movimentava uma rede ampla de categorizações e conceitos. Entre a escritura e a inscrição de novos sentidos no

cotidiano, misturam-se em um amálgama de referenciais, questões conceituais, ideológicas, lingüísticas e culturais que estruturam um conhecimento problemático, difuso, porém dinâmico e representativo de nosso próprio tempo.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- BURKE, Peter & Briggs, Asa. *Uma História Social da Mídia – de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras.1996.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo. Editora Ática. 2004.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira – cultura Brasileira e Indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1991.
- THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 2004.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- VIZEU, Alfredo. *O jornalismo e as “teorias intermediárias” cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimento organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD)*. BH/MG: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (anais eletrônicos) 2 a 6 de set de 2003.

FONTES:

- MANUAL GERAL DA REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO – 1984. 1ª. Ed. São Paulo. FSP. 1984.
- MANUAL GERAL DA REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO – 1987. 2ª. Ed. São Paulo. FSP. 1987.
- NOVO MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE SÃO PAULO – 1992. 2ª. Ed. São Paulo. FSP. 1992.
- MANUAL DA REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO 1997 – São Paulo. Publifolha. 2001.